

AOS TRABALHADORES DO “NOVO BANCO” E DAS EMPRESAS DO GRUPO ESPÍRITO SANTO



O desmoronamento do império económico e financeiro Espírito Santo – falência em série das empresas e holdings do Grupo – é, não apenas, o ruir de um poderoso grupo económico-financeiro e a decadência de uma dinastia de oligarcas todo-poderosos, mas sobretudo a descredibilização total da política de recuperação capitalista e monopolista levada a cabo nos últimos 38 anos por PS, PSD e CDS.

O que se está a passar no GES, tal como aconteceu com outros grupos económicos, tem origem na promiscuidade entre o poder económico e político, traduzida na “circulação/vaivém” de dezenas de quadros entre altos cargos das administrações e dirigentes dos grupos e lugares superiores do aparelho de Estado.

DINHEIROS PÚBLICOS PARA SALVAR BANQUEIROS E DESPEDIR TRABALHADORES **NÃO!**

O caso BES/GES é, desde logo, uma expressão de uma política ditada pelas privatizações, pela financeirização da economia, pela liberalização da circulação de capitais e pelos paraísos fiscais. Sendo um caso de polícia é, sobretudo, uma questão do sistema financeiro na sua actual configuração. Depois do que aconteceu com o BPN, BPP, BCP e, agora no BES, não é possível ficar apenas pela responsabilização criminal.

Esta crise confirma, mais uma vez, o falhanço colossal da “regulação” do sector financeiro que só actua quando as “comadres se zangam e se sabem as verdades” e/ou quando o desastre atingiu uma dimensão tal que já não é possível ocultá-lo.

É preciso apurar até às últimas consequências, não só a situação real em que o banco e o grupo se encontram e os responsáveis pela situação, que não se esgotam apenas em Ricardo Salgado e família. Sucessivos governos e reguladores são parte do problema.

O Governador do Banco de Portugal que sugeriu em 2011, numa reunião com banqueiros, que estes deviam deixar de comprar dívida pública portuguesa porque “o risco era afundarem-se os bancos, a parte sã, e a República, que é a parte que criou o problema”, agora, confrontado com a afirmação, transforma, em nome da acalmia dos mercados, a mentira na política oficial do Banco de Portugal. O Governador mente deliberadamente, afirmando que não sabia que estava a ser enganado.

MENTIR, MENTIR, MENTIR SEMPRE!

NÃO É APENAS O GOVERNADOR DO BANCO DE PORTUGAL QUE MENTE. MENTE O GOVERNADOR E MENTE O GOVERNO.

- Mentem para omitirem as suas responsabilidades, para continuarem a ocultar a verdadeira dimensão do problema, para esconderem as possíveis consequências para economia nacional, para os trabalhadores e para o País.
- Mentem quando repetiram até à exaustão que o BES era um banco sólido, levando a que milhares de pequenos accionistas tivessem adquirido acções, permitindo assim que grandes Fundos de Investimento, na sua actividade especulativa, tivessem lucrado dezenas de milhões de euros nos dias anteriores à intervenção no BES.
- Mentem quando dizem que não há dinheiro público envolvido no processo de recapitalização e que não serão os portugueses a pagar a factura no acerto final de contas, iludindo que o Estado se transformou em prestamista de último recurso dos Bancos.
- Mentem quando dizem que não têm responsabilidades na reestruturação do Novo Banco, apresentada como uma necessidade de redimensionar o banco, ajustando-o à dimensão do negócio.

DEFENDER OS POSTOS DE TRABALHO E OS SALÁRIOS

Podemos estar perante o maior despedimento colectivo no Portugal Democrático. No universo do GES estão em perigo uma parte muito significativa dos mais de 20 000 postos de trabalho, só em Portugal.

Não é mentindo aos trabalhadores que se podem defender os postos de trabalho e os direitos alcançados com a luta de gerações de trabalhadores. Com a falência de dezenas de empresas e reestruturações em muitas outras, onde se inclui o “Novo Banco”, milhares de postos de trabalho serão extintos a não ser que a luta dos trabalhadores o impeça.

Primeiro-ministro e Ministra das Finanças sabem o que estão a preparar. Sabem bem que no Pacto de Agressão que PSD, CDS e PS subscreveram com a Troika está o compromisso de reduzir milhares de postos de trabalho na banca até final do 2017 e que todos estes processos de recapitalização com dinheiros

públicos são autorizados na medida em que os bancos assumam esse compromisso, que tem por objectivo extinguir 8 mil empregos.

No caso do Novo Banco, o objectivo é preparar a sua entrega a grupos privados, garantindo níveis elevados de rentabilidade e de lucro. Tudo isto feito com dinheiros públicos e à custa dos trabalhadores.

O PCP apela à unidade dos trabalhadores na defesa do que é fundamental – os postos de trabalho e os salários – e garante intervir para impedir que os despedimentos, os cortes nos salários e de outros direitos se concretizem.

Como o PCP há muito reclama e propõe, o crédito, a criação de moeda e outras operações financeiras são, para as sociedades de hoje, bens públicos essenciais, pelo que ganha redobrada actualidade a exigência do controlo público do sistema financeiro.

**UMA POLÍTICA PATRIÓTICA E DE ESQUERDA
OS VALORES DE ABRIL NO FUTURO DE PORTUGAL**

